

Meio século de dramaturgia política europeia

Quel danger redoutez-vous? – Que l'Europe soit marginalisée par l'Histoire *Jacques Delors*

Em parte alguma uma unidade, um centro, um ponto em volta do qual a roda gire *Herman Hesse, Viagem em Oriente, 1933.*

Desde o fim da guerra, o único país europeu que não tinha nada a perder era a Alemanha. Ela já tinha perdido tudo, num final apocalíptico que nenhum Francis Copola podia imaginar. Só a musa negra da História inventa esses cenários. Por um pouco não arrastou nesse «remake» do crepúsculo dos deuses, encenado com convicção por gangsters brechtianos, a Europa inteira. E com ela, o mundo. A Europa combatente pós-45 parecia um Arizona de ruínas recentes e estátuas clássicas, a única coisa intacta no meio da floresta alemã e francesa e das colinas da Umbria. Era uma espécie de Europa ano-zero, pré-histórica.

Ou antes, de Grécia que os europeus ofereciam aos romanos que acudiam a salvá-la da horda germânica e da sua vizinha e rival eslava. Há meio século que somos os gregos do império americano, o único vencedor, sabemos-lo melhor hoje, da segunda guerra mundial. O preço que pagaram pela vitória está inscrito em mármore na planície rasa da Normandia e nos cemitérios da Itália. Todos os outros vencedores – a Inglaterra e a União Soviética – são apenas vencidos heróicos, K.O. de pé no palco da História.

A vitória inglesa não enganou ninguém. Sobretudo os ingleses. Eles sabiam que teriam de deixar em breve o cenário imperial onde a «Home Fleet» recordou pela última vez a herança de Nelson e, com ela, a Índia dos esplendores à Kipling e Forster. Só a vitória russa pareceria autêntica. A bandeira vermelha flutuava sobre Berlim. Ninguém sabe o que teria acontecido se, como em 1814, os cavalos de Jukov tivessem vindo beber à praça da Concórdia. Ficaram prudentemente no coração da Alemanha, que era o da Europa. Com a bomba atômica no bolso, Harry Truman não se deixará impressionar pelo homem que manipulara Roosevelt e Churchill. Potsdam seria um pouco uma anti-Yalta. Mas o «pai dos povos», o vencedor de Estalinegrado e senhor absoluto de um império devastado, contava com a metade da Europa mais industrializada agora nas suas mãos, para esperar, na fronteira do Elba, que a Europa esgotasse a sua vitória por conta de outrém.

A sombra de Estaline sobre a Europa ocidental – teatralização eficaz de uma fraqueza económico-militar que só trinta anos mais tarde daria sinais de grave impotência – obrigou os Estados Unidos a zelar por um continente que, com excepção da França, se oferecia ao vencedor de mão beijada. A América é uma tão inextricável mistura de realismo e de idealismo que se é sempre injusto quando se reflecte sobre a sua actuação no mundo. Em particular, nesta época privilegiada em que gozava por mérito próprio do seu estatuto de vencedora principal do conflito, mas possuía, sozinha, a «arma absoluta». Não há exemplo, na história humana conhecida, de semelhante autocontrole e autolimitação de poderio na relação entre os povos. Desde 1947 a «cortina de ferro» dividia a Europa em duas e, aparentemente, convertera em inimigo o aliado da véspera e contudo, a democrática América (sem ironia) não aplicou à União Soviética o tratamento radical que aplicara ao Japão.

Este será um dos maiores mistérios do século, em termos de perspectiva histórica concebida como pura relação de forças. Porventura, a América não podia fazer tal gesto, menos por receio de alterar a sua imagem de marca que por não se sentir ameaçada, como a Europa, mesmo a de Churchill, se sentia. A «democracia» é a cena original da realidade americana. Os Estados Unidos não tinham sido agredidos ainda, nem directa nem indirectamente (guerra da Coreia) pela União Soviética. A então «nova ordem mundial», não continha a hipótese de liquidar uma potência tirânica, aureolada pela vitória sobre um inimigo comum, recorrendo à «ultima ratio regum». Os Estados Unidos decidiram «converter» – em todos os sentidos do termo – a União Soviética, não ao capitalismo, propósito quase sem sentido para um americano, mas à «democracia», ao menos no âmbito internacional, quer dizer, a um mínimo de regras do jogo que não pusessem realmente em perigo a paz mundial.

A União Soviética após-45 nunca esteve em condições de recusar este pacto implícito ou explícito, por mais entorses que tenha cometido na interpretação dessas regras do jogo. Desse ponto de vista, no fundo, o enjeu capital não era outro senão a Europa. Durante meio século a Europa – aquela que John Kennedy veio defender pessoalmente a Berlim, simbólico espaço «soviético» – viveu neutralizada entre os Estados Unidos e a União Soviética. Toda a Europa, mas em sentido próprio, só a Ocidental, que a de Leste estava ocupada. Decerto, a evidência desta «neutralização» só se manifestou com e a partir do episódio central desta segunda metade do século, a queda do Muro de Berlim, mas sem a ter em conta, toda a história europeia dos últimos cinquenta anos se dissolve numa sucessão de peripécias sem

coerência interna e, em última análise, sem leitura. A aparente incoerência ou o lado mais aleatório dos principais acontecimentos europeus (franquismo, guerras de descolonização, milagre alemão, milagre italiano, gaulismo, Maio de 68, brigadas negras ou vermelhas, revolta da Hungria, primavera de Praga, sublevações polacas) só encontram algum sentido ou arrumação sob o pano de fundo dessa neutralização europeia, diversamente condicionada pelos Estados Unidos e a União Soviética.

É nesta «neutralização» e não numa hiperbólica partilha de influência mundial, que se cifra o Tratado de Yalta que De Gaulle, o «último europeu», nunca aceitou. Mais do que ninguém, ele sabia que a sua quixotesca cruzada em prol da autonomia da França – e secundariamente, da Europa – estava condicionada por esse état de fait de uma «neutralização» preservada em comum pela América e pela Rússia.

Na sua óptica de ocidental – e com as contradições que isso implicava, como o caso dos foguetões de Cuba em 1962 largamente o provou – o que lhe importava, por tangível e de algum modo já integrado no presente político europeu, não era essa «neutralização» efectiva, mas um pouco meta-histórica. O seu conteúdo real, enquanto fenómeno integrável num discurso «ainda europeu» era (é) só um: subordinação da Europa aos Estados Unidos. A «epopeia» de De Gaulle, com o lado Cyrano que comporta, é a última – e quase toda imaginária – representada pela Europa, por uma Europa que já não era objectivamente o primeiro actor da História do Ocidente – e, de certo modo, do planeta – e teimava, obstinada e pateticamente, em envergar os trajes de Luís XIV e Napoleão, quando os de Wellington e de Bismarck – para não falar dos de Hitler, mais adequados a museu de horror – há muito tinham recolhido ao Museu Grévin.

Sem paradoxo nenhum, o «europeu» De Gaulle podia desempenhar o seu papel planetário, dar-se ao luxo de leccionar a América, no célebre discurso de Phnom Penh, ou os anglófonos em geral, gritando «Vive le Québec libre!», porque então, apesar de tudo, o mundo era multipolar (América, União Soviética, China).

Ninguém, primeiro que «o homem do 18 de Junho», nessa época o único sobrevivente dos «monstros sagrados» da segunda guerra mundial, se deu primeiro conta da subalternização da Europa ou mesmo da sua inexistência política. Não podendo, não sabendo ou não querendo – as três hipóteses são plausíveis – congregar a Inglaterra e a Alemanha na sua querela não anti-americana, mas não-americana, De Gaulle escolheu a via estreita do máximo de autonomia nacional cujo centro se situava, para ele, no máximo de autonomia de movimentos em matéria de defesa. A humilhação nesse capítulo por ocasião da Guerra da Indochina e a definitiva, durante a «guerra» da Argélia, comandou os seus gestos espectaculares de saída da NATO e de criação de um arsenal atómico consequente. O homem que defendera perante um Roosevelt exasperado – e, talvez mais do que tudo, impermeável ao tipo de personagem e cultura que De Gaulle representava – uma estratégia de guerra onde houvesse lugar para a França, não podia resignar-se a considerar a Europa como um simples porta-aviões americano.

Infelizmente, a sua «vidência» planetária, o seu senso político, herdeiro da grande tradição de «Real politik» europeia, com um suplemento de profecia, não podia alterar a realidade dos factos. Durante os anos da Guerra Fria, a Europa foi mesmo um porta-aviões americano ou, se se preferir, uma trincheira, um baluarte, e, se fosse preciso, a gazela a sacrificar em caso de máxima urgência (doutrina Kissinger). Mesmo a França de De Gaulle não podia escapar a esse dispositivo criado pela invasão salvadora da Normandia, da Provença e da Itália em 1944. O que podia era fazer de conta que não tinha existido... Durante anos, a Alemanha não teve, nem podia ter, voz própria em matéria política e militar. À força, por necessidade ou por interesse, teve de se «democratizar», o que significou no contexto dos anos 50 e 60, «americanizar-se», até porque era a maneira de sofrer o seu traumatismo de modo menos humilhante, estabelecendo assim uma certa osmose com o modelo do seu «verdadeiro vencedor» e, ao mesmo tempo, «protector».

Quanto à Itália, duplamente ocupada e vencida durante a guerra, a melhor escolha era aceitar o novo padrão com o mesmo alívio e admiração com que a vemos acolher os G.I. em «Roma, cidade aberta». A América adora sinceramente a Itália – amor herdado da Inglaterra, mas sem «snobismo» – e a Itália, para quem a América tem sido o continente refúgio, sonha, naturalmente, em «technicolor»... Durante estes quarenta anos, a situação política italiana – tanto como a económica, financeira e diplomática – foi determinada, num grau que para um pequeno país como o nosso parecerá impensável, pela política americana. A chegada de um novo embaixador americano à sumptuosa residência da Via Veneto releva do fausto real. Imaginamos assim a entrada de um procurador da velha Roma em qualquer longínqua Britânia.

Da Inglaterra nem é preciso falar. Não porque a sua situação, é inútil sublinhá-lo, se assemelha à que foi a da Itália a seguir à Guerra e mesmo depois, ou à da Alemanha nos tempos do «low profile». A Inglaterra é a Inglaterra e seria pura ficção política, não só falar a seu respeito de «subordinação» à sua antiga e célebre colónia, como inclui-la, sem reservas, no dispositivo de neutralização europeia a que nos estamos referindo. Pela simples razão de que esta mãe decaída, mas sempre prestigiosa, interiorizada equívoca mas profundamente no inconsciente (e no consciente) americano está, como é sabido, mais perto dos Estados Unidos do que daquilo que só com sotaque e intenção britânica se designa por «the Continent...». Não sendo o principal, a Inglaterra é um dos elementos determinantes da «neutralização europeia». Este papel não precisou de o aprender com ninguém, pois foi ela que o inventou. Desde os Plantagenetas, pelo menos. A Europa – aquela em que Jean Monet pensou – não pode ser anti-inglesa, como a outro nível, não pode – e ainda que quisesse não podia – ser anti-americana. Não se pode dizer que a pátria de Wellington e de Churchill que gostava tanto da França que a quis unir à Inglaterra no momento em que estava a cair do ninho – refazendo assim o caminho de Guilherme o Conquistador às avessas – seja anti-europeia, tão super-europeia o é de tantas maneiras.

Mas não aceitará nunca uma Europa onde não represente, como aliás a França, o lugar de «prima dona». A senhora Thatcher pensava a mesma coisa que pensava De Gaulle e, no fundo, à sua maneira e segundo as suas posses, pensam os outros velhos países europeus. É uma lei, senão velha como o mundo, ao menos como o discurso que acompanhou o surgimento das nações. Ortega y Gasset gostava de repetir um dito célebre de Carlos V que resume bem a questão: «Eu e o meu primo (Francisco I) estamos de acordo numa coisa: ambos queremos Milão». O Milão de hoje é esta nossa Europa que todos querem, senão para proveito exclusivo, o que é impossível, ao menos para o máximo proveito. E é este espinho no flanco do corpo-Europa que continua a supurar. Nenhum é mais agudo que o da rosa inglesa.

Seria um exagero representar a Inglaterra e a sua política europeia (outros diriam anti-europeia) como o cavalo de Tróia da América na Europa. Até porque não é claro que aquilo que designei por «neutralização europeia» ou a actual atitude americana em relação à Europa – nas questões do GATT ou do SME – sejam o resultado de uma vontade assumidamente hegemónica e de tipo imperial (romano) como, à primeira vista, parece. Nenhuma «voz autorizada», nenhum consenso expresso ao mais alto nível das instituições políticas americanas (Presidente, Senado, Congresso) declarou que não queria a Europa e que estavam dispostos a combatê-la ou a sabotá-la. Pelo contrário, e sem falar no Plano Marshall que pôs a Europa a flutuar, todos ou quase todos os responsáveis americanos têm declarado que a «construção europeia» é um objectivo não só natural para os europeus, mas desejável para o equilíbrio mundial, portanto, para a sua própria política. Ou, pelo menos, esse era o discurso óbvio enquanto o código de Yalta era referência imperativa, o que deixou de ser o caso. Nesta perspectiva, o pouco entusiasmo inglês pela actual construção europeia, pode imputar-se menos à famosa permanência de «laços especiais» entre os dois grandes países anglófonos do que ao mais clássico reflexo da Inglaterra não se sentir «europeia» como a maioria dos outros membros da Comunidade se sentem.

Vale a pena esclarecer a obscura atitude «anti-europeia» da Inglaterra, ou melhor, tentar compreender as suas motivações actuais, deixando de lado a estafada (embora não inexacta) singularidade britânica. O drama europeu – pois é bem um drama que todos os dias se representa – é feito como na heteronomia de Pessoa, do drama de cada um dos actores europeus. O da Inglaterra, mesmo com o condimento humorístico ou distanciado com que a grande nação o sabe viver, é talvez, numa perspectiva ao mesmo tempo realista e onírica da «invenção da Europa», o mais complexo e mais patético, se a palavra existe no vocabulário inglês. Pode resumir-se assim: «que ganha, não em termos de «ganância» mas de imagem própria, de identidade, de aura, consentindo «integrar-se», mesmo sob uma modalidade de associação «soft» a outras nações, para construir a «grande Europa», aquela Ilha que, como a antiga Roma, dominou e geriu, em seu nome e já indirectamente no da Europa, os negócios do mundo praticamente desde Isabel ou, em todo o caso, desde a primeira revolução industrial até à segunda guerra mundial?».

Embora a questão se possa por ao contrário: «o que perde recusando essa amarragem à Europa», talvez mais convincente na óptica do famoso pragmatismo inglês, ela põe-se e não pode deixar de se por. Decerto, a Inglaterra deste fim de século não é a da Pitt, de Disraeli, de Churchill, nem mesmo da senhora Thatcher, síntese exasperada de uma grandeza que não foi apenas de ontem, nem de aparência, mas realíssima e ainda visível e perceptível nos quatro cantos do mundo. A «decadência» (relativa), melhor será dizer, a «normalização» da Inglaterra, não foi compensada por qualquer ascensão colectiva da restante Europa na cena mundial ou pela hegemonia de um outro país europeu – mesmo a Alemanha. Ao contrário, a perda do papel hegemónico inglês assinala o começo da subalternização da Europa no seu

conjunto. O mesmo se pode dizer das outras nações europeias, da França, da Alemanha, da Áustria, da Itália e, num passado mais longínquo, da Espanha ou de Portugal.

Pode o «sonho europeu» (que sempre foi plural e ainda não deixou de o ser), mesmo o mais conforme aos interesses britânicos, restabelecer a Inglaterra nesse estatuto vitoriano ou pós-vitoriano, ainda tão presente, quase uma segunda natureza, capaz de obturar esse sentimento de relativa decadência? É óbvio que não. Mas um país como a Inglaterra é demasiado lúcido para se encerrar, como outros, na rememoração senil das suas grandezas. A Grã-Bretanha é uma nação jovem, de alta capacidade e inventividade em todos os domínios, mesmo se não pode gerir, como há sessenta anos, parte da política europeia ou mundial. O seu drama político-simbólico é hoje este: nem suficientemente forte para dispensar a Europa nem suficientemente fraca para ser obrigada a aceitá-la. Mas provavelmente é-lhe mais natural ou menos penoso empenhar-se na cena internacional ou europeia, na sombra ou sob a convivência dos Estados Unidos, como na última cruzada das Malvinas, no Golfo ou na Bósnia, do que mobilizar-se por um «objecto», acaso sublime mas mal identificado, que lhe faça perder a sua identidade legendária. Talvez por isso a senhora Thatcher vaticinou que não haveria Europa nem daqui a mil anos.

O caso da França parece oposto ao da Inglaterra e na dramaturgia do «europeísmo», que aqui tento imaginar, é assim que é perspectivado ou invocado. Mas talvez uma atenção maior mostre que não estão tão longe uma da outra como se diz. Decerto a França não é uma «Ilha», a sua cultura não exulta com o espectáculo da diferença ou do singular levado heróica ou burlescamente até à caricatura. A França, desde Richelieu até Jean Monet sempre se imaginou como nação-pivot do espaço geo-político europeu ocidental e na ordem cultural, ideológica e até religiosa, como espaço de confronto mais ou menos pacífico dos interesses, das crenças, saberes, filosofias dominantes da restante Europa. Tenham nela a sua origem ou não.

A Inglaterra no seu primeiro período ascensional exportou modelos, não só económico-financeiros, como políticos e ideológicos para a Europa e em particular para a sua rival secular, a França. Mas não se exportou, nem inscreveu no horizonte de qualquer missão histórica, com pretensões de universalidade ou universalismo o que podemos designar já então de modelo inglês. A Inglaterra age por contacto ou exemplo. Por mais universal que tenha sido a sua presença – e até à recente dos Estados Unidos nenhuma foi maior – esse «universalismo» não releva no discurso inglês sobre a Inglaterra, daquele tipo que nós e os espanhóis representámos na idade de ouro, em termos religiosos e ainda menos em função de qualquer evidência de ordem racional. Neste sentido, a França foi muito mais cedo, e é-o ainda, a anti-Inglaterra. Herdeira ao mesmo tempo da escolástica medieval que foi o primeiro grande esforço de pensar racionalmente todo o existente sob fundo ou em função do religioso, pátria do Homem que nasceu há quatro séculos à beira do Loire, a França viveu e funcionou como foco da Modernidade, e viu-se a si mesma e outros a perceberem assim, como cultura em perpétua metamorfose mas aspirada por um projecto utópico de racionalidade ou paradigma de aplicação universal. O método cartesiano não é um método francês: é o Método, explicitação teórica de um conhecimento por essência universal ou universalizante, de ordem matemática ou geométrica.

Não foi por acaso que a Revolução no sentido radical que mexia nos fundamentos da ordem política e ideológica tradicionais, mas também de ordem religiosa ou de visão teológica da sociedade, teve lugar em França. Essa revolução na ordem ideal, é menos filha da de Cromwell que é de inspiração religiosa, como se sabe, do que das revoluções mais radicais do Ocidente que foram contestação de uma ordem teocrática. Com Lutero na religião e na ordem da ciência e da lógica com Galileu, Descartes conferirá a essa revolução um alcance universal. Mas uma nação é uma nação, e mais nação que a França que a inventou na ordem histórica e lhe deu estatuto universalizável na ordem ideológica, com a Revolução, não existe. Só que, como é sabido, a França se viveu, se assumiu desde a epopeia revolucionária como nação-modelo e modelo de nação. Não é uma Ilha à inglesa, é uma ilha utópica, pátria do universal e como tal proclamada sujeito histórico do código utópico moderno por excelência, o da Declaração dos Direitos do Homem, agora rectificadas em «humanos».

Tudo isto não é indiferente para situar, embora sinteticamente, a França no quadro geral da dramaturgia europeia. Também ela, como a Inglaterra, mas com outra convicção e necessidade, até porque a ideia europeia é nela que, paradoxalmente, nasce, quer a Europa, mas com o máximo de francidade – passe a expressão possível. Ou então indispensável. E isto não é apenas o mero reflexo do chauvinismo que se lhe atribui ou memória do seu papel como ex-grande potência. É um ideário. Não lembra ao diabo – mas devia também lembrar – que uma frase como a Europa será «espanhola» ou «austríaca» ou «belga» ou «portuguesa» tenha aplicação plausível, mas já o tem imaginar que uma Europa inglesa, francesa ou alemã, no sentido de impregnação dominante, a possa ter. Como durante quase meio século, e nesse

sentido, o fantasma cultivado e real de uma Europa russa, então soviética, pode circular como hipótese no consciente ou no inconsciente europeu. E nos bem europeus países de leste não apenas como hipótese.

Parecerá excessivo, inútil, pleonástico ou até obscuro evocar este passado embora recente mas que já é pré-história no processo de criação da União Europeia, para melhor compreender as dificuldades sem cessar superadas mas sem cessar renovadas, já sob outra forma, da dita construção europeia. A mera conflitualidade pragmática, a complexidade e as contradições dos interesses meramente económicos, financeiros ou dissonantes da ordem científica e tecnológica e cultural bastariam para como explicação. Porque é necessário ter em conta este enraizamento histórico memorial para compreender melhor onde se situam aqueles «nós» – como se diz em análise lacaniana – que paralisam do interior a marcha da Europa para si mesma?. Porque a que existe ainda – e porventura existirá durante muito tempo – é a Europa real das nações – e quanto mais fortes no passado e mais identitárias – que resistem, aberta ou obliquamente não à ideia de um espaço europeu mais homogéneo ou interligado na esfera da vida prática, mas de uma Europa-nação – já que nação-Europa tem uma carga de irrealismo superior.

É insuficiente buscar apenas em óbvias contradições de ordem pragmática rivalidades de interesses, lutas pelo lugar próprio na Comunidade até – a razão da crise larvar ou manifesta que neste momento afecta senão a própria ideia da construção europeia, o ritmo dela, e sobretudo até o perfil futuro dessa Europa, digamos, unida. Como se pode caminhar para o futuro sem definição, pelo menos plausível, de fins ou de finalidades a atingir? E mais ainda quando o quadro dessa construção relativamente estabilizado se tornou não só de geometria variável mas extensível.

Há uma nação europeia – de estatuto que, por razões de história ou de política, não pode ser comparada nem à Inglaterra nem à França – que sem o ter sido sempre é já tão Europa que nesta dramaturgia parece representar, mais do que ninguém, o papel da boa Europa. Quer dizer, apesar ou por causa do seu passado trágico – mas mais ainda pelo peso bruto da sua potência económica, tecnológica, etc – aquele que menos problemas põe ou se põe em relação à construção europeia. Já lá está. Quem há meio século era o exemplo da derrota-absoluta e da não existência política – Alemanha ano-zero – tornou-se ou aparece como Europa grau um ou pré mega-Europa. Todavia, todos sabemos – e cada dia mais – que esse actor mudo da cena europeia nem precisa de falar para ocupar o centro do palco europeu. São, parece-me, sem fundamento os fantasmas germânicos ou nazis que surgem ainda, aqui e ali, nos discursos sobre a Alemanha, em particular nos países que têm motivos para os não esquecer.

Mas esse fantasma não assusta ninguém com mais força do que os próprios alemães. E nos últimos trinta anos a Alemanha levou a cabo um exorcismo para uso próprio e alheio que poucos povos no mundo estariam dispostos a fazer. É verdade que Dachau não fica na Suécia, nem em Portugal. E se Auschwitz fica na Polónia o seu lugar real é no coração da Alemanha. Isto explica, em parte, porque é que a «grosse Deutschland» é tão sage. Mas o que não se pensou sempre bem ou se pensou com uma dose de boa consciência europeia excessiva é que Auschwitz é um acontecimento da História da Europa. Como Katin, noutra perspectiva. Tal como Hiroshima é um acontecimento da História americana. Não devemos esquecer que a Europa se está fazendo, com dificuldades mas também com necessidade, em torno de diversos buracos, o mais negro dos quais é Auschwitz. Só isso explicaria que a Alemanha se sentisse na obrigação de não ser só boa Europa mas a Europa boa, onde na fraternidade de uma memória nunca pacífica como é a nossa de europeus, reassumisse a plenitude não só do seu rang político – coisa fatal – mas ético-político. A Alemanha vai para a Europa do futuro como quem volta à própria casa e recupera a honra perdida de Petra von Kant. Que o consegue, o desfile dos soldados alemães nos Campos Eliseos como neo-europeus o mostra. Neste sentido é o sinal mais significativo de que a Europa está quase feita, ou de que não é impossível que possa fazer-se. Impossível não é, mas à medida que nos aproximamos daquele momento que no projecto de construção da União Europeia marcará o *point de non-retour*, obstáculos de natureza nova ou pouco previsível surgem no horizonte. Mesmo os que pareciam mais encorajadores, como a queda do Muro de Berlim. Na verdade, foi nesse momento exacto que a Europa e, em particular o até então actor mais militante com a Alemanha, a França, acordou do seu sonho dogmático europeísta, descobrindo uma fragilidade até então oculta pelo mítico muro.

A resposta foi Maastricht e a resposta à resposta, o leilão do europeísmo levado a cabo através dos referendos, que por um pouco não foram fatais à ideia europeia.

E a Península neste drama sem teatro (assumido) ou texto sem drama (percebido ou não)? Seria petulante explicitar diante de quem é peninsular e vive a península e na península, os papéis de Espanha e de Portugal neste jogo de fascínios ou esquivas que o confronto com a Europa tem desencadeado, sobretudo depois da nossa simultânea adesão à Comunidade. Esses jogos e esses papéis não são os

mesmos para os nossos dois países. Com uma determinação e um sucesso que podem surpreender para quem conhece o ilhamento histórico da grande nação espanhola desde o tratado dos Pirinéus – que a levou simbolicamente a uma espécie de auto-ghetização político-ideológica e mesmo cultural – a Espanha entrou na Europa sem reticências, impôs a sua presença e impôs-se-lhe como se desde sempre lá estivesse da maneira espectacular, como a França, a Inglaterra e sob outra forma, a Alemanha ou antiga Áustria-Hungria lá estavam.

A construção da Europa – o desafio que constitui para a Espanha a ela ligada como o irmão siamês meio-maldito – criou um dos fenómenos históricos maiores desta segunda metade do século europeu: o milagre espanhol. Quem a percorreu em 1953 e a percorre hoje, tem dificuldade em imaginar que se trata do mesmo país. A nenhum nível salvo o da conjuntura mundial a Espanha tem problemas com a Europa. É europeia e europeísta sem complexos, sem ter deixado de ser, como se esperava, espanholíssima. A grande tentativa europeizante do século XVIII e o «aggiornamento» da Restauração encontraram agora uma expressão cabal e supremo paradoxo – a Europa ajudou-lhe a resolver o que parecia um «nó górdio» perfeito: o da contradição entre as «espanhas» que há na Espanha. E não parece que esta solução seja efémera. Não pretendendo desempenhar um papel hegemónico, o antigo «distanciamento» entre a Espanha e a restante Europa converteu-se num factor positivo. Entre as grandes nações da Europa, a Espanha neste cenário-folhetim do processo de unificação europeia, não tem, por assim dizer, «problemas pessoais», pode negociar o seu lugar e o seu papel sem ressentimentos, sem complexos de superioridade. Quem o diria?

O nosso caso é singular, como bem o sabemos. Precisámos, e precisamos, como poucos países, da Europa. Sonhámos com ela, abstractamente, há século e meio. E até mais. Mas esta consciência de precisão, paradoxalmente – mares de Freud – não ajudou muito à criação entre nós de qualquer coisa que mereça o nome de consciência europeísta. Consciência europeia já temos e há mais tempo que a maioria, pois não só somos europeus, mas extra-europeus, quer dizer, de algum modo, hiper-europeus. Acontece, contudo, que em matéria de consciência europeísta – já não falo de «paixão» europeísta – somos quase tão minimalistas como a nossa célebre aliada Inglaterra. Há razões estruturais, históricas e culturais para isso. Mas também pouco se fez para que essa tendência se modificasse profundamente. Fomos para a Europa porque já não podíamos ir para outro lado. E a nossa adesão nem foi pedagogicamente preparada nem sancionada por um voto popular à altura do que estava em jogo.

Talvez não fosse difícil fazer compreender à opinião pública que além dos famosos fundos que da Europa temos recebido e ajudaram a mudar Portugal, estamos na Europa como todos os outros povos pequenos, sobre-representados na ordem política. Talvez nem a consciência disso nos convencesse, ao fim e ao cabo. A questão da nossa fraca sensibilidade europeísta – em analogia com a da Dinamarca, por motivos análogos e outros opostos – enraíza no cultural. Em muitos sentidos, e não apenas no geográfico, a Europa-Europa está-nos longe. Não a sentimos. Não a sentem sequer os nossos emigrantes que estão lá. Só quando os nossos soldados foram para a Bósnia a Europa começou a existir, como coisa que nos dizia respeito. Vendo bem, os famosos fundos até nos humilham. Em última análise, a ninguém menos do que a nós, o cenário da dramaturgia que a construção europeia tem sido e será, importa verdadeiramente. Por pragmatismo ou mero bom senso político até podemos parecer o tal bom aluno europeu. Já a frase é sintomática. Mas um português não nasce para aluno de ninguém. Lá diz o épico...

Como o foi durante séculos, repito, o nosso caso é singular. Estamos na Europa, participamos na construção empírica da nova Europa, pouco no seu debate, mas sem adesão simbólica. Na medida em que o podemos – ao nível das intenções e não só – estamos sempre fugindo para outro lado: a África, o Brasil, porque não a Inglaterra ou melhor, os Estados Unidos. Nada podia exprimir melhor o nosso europeísmo soft ou pragmático que o recente alinhamento, a propósito de um pilar europeu na NATO, com os Estados Unidos que, logicamente, o rejeitam.

E isto nos permite concluir alegoricamente: a Europa, desde há quase quarenta anos que tenta construir a sua casa própria e mergulhou por isso nesta tentativa sem precedentes, voluntarista e pragmática ao mesmo tempo, de se inventar como União Europeia. Evoquei algumas figuras deste «ballet» histórico e a coreografia que lhe corresponde. Mas não mencionei o homem dos bastidores e o «regisseur» incontornável deste espectáculo: os Estados Unidos. Antes da queda do Muro de Berlim, Regis Debray escreveu um livro polémico e na aparência ultrapassado pelos acontecimentos intitulado: Os Impérios contra a Europa. Um morreu: o que ajudava a Europa a construir-se por instinto de conservação. O outro é, como o proclama a última e imperial capa da Time, o responsável e ordenador da nova ordem mundial. É pouco crível que a Europa possa definir-se, e ser seja o que for, fora dos parâmetros dessa ordem. Na verdade, sob a aparência de drama, as peripécias da construção europeia não relevam desse género

literário, mas da tragédia. Tragédia quando se foi uma outra Europa, centro do mundo, e já não se é. A Europa não está ainda definitivamente fora da História – quer dizer da vontade e do projecto que a conduz – mas está-lo-á se não tiver configuração política a entidade económica, administrativa que hoje chamamos União Europeia. Para não ficar de todo à margem dela se travou e trava a batalha pela Europa que possivelmente é mais do que isso. Começou em Roma como era simbolicamente óbvio. Esperemos que não se desintegre, sob modo festivo, na Cidade das Flores.